

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.623 - RS (2019/0334461-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**  
**ADVOGADOS** : **ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - RS083593**  
: **RODRIGO FRASSETTO GÓES - RS087537**  
: **GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RS074909A**  
**RECORRIDO** : **ANDERSON SOTT BORGES**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL INVÁLIDA. MORA NÃO CONFIGURADA. FALTA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DA AÇÃO.*

*Não caracterizada a mora do devedor, diante da falta de comprovação da notificação extrajudicial, cuja tentativa restou frustrada.*

*Descumpridas as disposições contidas no Decreto -Lei nº 911/69, inexistente pressuposto indispensável ao desenvolvimento regular e válido do processo, ensejando o indeferimento da petição inicial e a extinção da ação sem julgamento de mérito.*

*APELAÇÃO DESPROVIDA." (e-STJ, fl. 63)*

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 2º, § 2º, 32, do Decreto -Lei 911/69; aos arts. 113 e 422 do Código Civil; aos arts. 4º, 10, 139, IX, 140, 321, do Código de Processo Civil. Sustenta, em síntese, que: a) constituição do recorrido em mora está devidamente comprovada pela demonstração de envio da notificação extrajudicial para o endereço informado no contrato; b) o devedor tem o dever de agir com lealdade contratual e boa-fé processual, informando eventuais alterações de seus dados cadastrais, de modo a viabilizar o recebimento das correspondências remetidas pela parte credora.

É o relatório. Passo a decidir.

Dessarte, recentemente a Quarta Turma desta Corte, no julgamento do Recurso Especial (REsp nº 1.292.182/SC, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, DJe 16/11/2016), alterando entendimento até então consagrado pela jurisprudência do STJ, entendeu que para a comprovação da mora do devedor, a notificação extrajudicial realizada por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos foi considerada, por própria opção do legislador, formalidade desnecessária.

O aludido julgado recebeu a seguinte ementa:

*"ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, NA ORIGEM, CONFIRMADA PELO COLEGIADO. OFENSA AO ART. 557 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. MORA EX RE. INADIMPLENTO OCORRE NO VENCIMENTO DA PRESTAÇÃO CONTRATUAL. NOTIFICAÇÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. DEMONSTRAÇÃO DA MORA. PODE SER FEITA MEDIANTE PROTESTO, POR CARTA REGISTRADA EXPEDIDA POR INTERMÉDIO DO CARTÓRIO DE TÍTULOS OU DOCUMENTOS, OU POR SIMPLES CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO. EVOLUÇÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL, PARA SE AMOLDAR ÀS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO LEGISLADOR.*

*1. A mora é causa de descumprimento parcial dos contratos de arrendamento mercantil e verifica-se quando o devedor não efetua pagamento no tempo, ou lugar convencionados. Com efeito, a mora constitui-se ex re, isto é, decorre automaticamente do vencimento do prazo para pagamento, motivo pelo qual não cabe qualquer inquirição a respeito do montante ou origem da dívida, para a aferição da configuração da mora.*

*2. Orienta o enunciado da Súmula 369/STJ que, no contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora. Contudo, cumpre ressaltar que essa notificação é apenas, a exemplo dos contratos garantidos por alienação fiduciária, mera formalidade para a demonstração do esbulho e para propiciar a oportuna purga da mora (antes do ajuizamento da ação de reintegração de posse).*

*3. Por um lado, a própria redação atual do art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/1969 é expressa a respeito de que a mora decorre do simples vencimento do prazo para pagamento. Por outro lado, conforme a atual redação do mencionado dispositivo,*

*promovida pela Lei n. 13.043/2014, o entendimento até então consagrado pela jurisprudência do STJ, acerca da necessidade de notificação via cartório, foi considerado, por própria opção do legislador, formalidade desnecessária.*

*4. Consoante a lei vigente, para a comprovação da mora, basta o envio de notificação por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante no referido aviso seja a do próprio destinatário. Com efeito, como não se trata de ato necessário para a caracterização/constituição da mora - que é ex re -, não há impossibilidade de aplicação da nova solução, concebida pelo próprio legislador, para casos anteriores à vigência da Lei n. 13.043/2014.*

*5. Com efeito, a demonstração da mora em alienação fiduciária ou leasing - para ensejar, respectivamente, o ajuizamento de ação de busca e apreensão ou de reintegração de posse - pode ser feita mediante protesto, por carta registrada expedida por intermédio do cartório de títulos ou documentos, ou por simples carta registrada com aviso de recebimento - em nenhuma hipótese, exige-se que a assinatura do aviso de recebimento seja do próprio destinatário.*

*6. Recurso especial provido."*

(REsp 1.292.182/SC, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 29/09/2016, DJe 16/11/2016, grifou-se)

No caso presente, o v. acórdão recorrido assenta que:

"No caso, verifico que, ao contrário do sustentado nas razões recursais, o demandado não foi constituído em mora, tendo em vista que, da análise das peças que acompanham a petição inicial, é possível verificar que o envio de notificação extrajudicial se deu mediante carta com aviso de recebimento, que, por sua vez, não foi recebida no endereço, em face da informação "ausente" na única tentativa de entrega (fl. 15)." (fl. 68).

Vê-se, desta forma, que o aresto recorrido decidiu em desconformidade com a jurisprudência desta Corte, merecendo reforma.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para afastar a falta de comprovação da mora da parte recorrida e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do feito, como entender de direito.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator